

Notícias do dia 22 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 6

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Plenário da Assembleia esgota pauta e encerra ano legislativo.....3

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Coluna Goiás Online - GOIÁS ONLINE.....4

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GAZETA
TCE - GO

Aprovado em definitivo projeto de lei que cria auxílio-saúde para servidores do TCE de Goiás
.....6

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Plenário da Assembleia esgota pauta e encerra ano legislativo.....7

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Vilmar: Vanderlan está fora das eleições de 2022.....12

LANCE GOIÁS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Alego aprova mudanças no Plano de Cargos e Salários do TCE.....14

Plenário da Assembleia esgota pauta e encerra ano legislativo

Encerrando os trabalhos do período de convocação extraordinária, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou 18 matérias na sessão deliberativa desta terça-feira, 21. Dessas, oito eram da Governadoria, oito de parlamentares da Casa e uma do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO), referente a fundo de reaparelhamento do órgão.

Houve, ainda, a aprovação, em votação única, de decreto legislativo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, com parecer sobre as despesas do Governo no exercício de 2020. Quanto às demais proposições, apenas uma foi aprovada em primeira fase; as restantes, em votação definitiva.

Das matérias que seguem para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), destaque para a matéria da Governadoria de nº 7673/21, que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Conforme o projeto, a receita total do Estado para o próximo ano está estimada em R\$ 39.370.606.000. O montante, que engloba recursos de todas as fontes, supera em cerca de R\$ 9 bilhões a receita que havia sido prevista para o exercício anterior.

A última sessão do ano foi aberta, interinamente, pelo primeiro vice- presidente, deputado Henrique Arantes (MDB).

Depois, foi assumida pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), que comandou os trabalhos até o encerramento.

Em tom de agradecimento e despedida, o chefe do Parlamento goiano declarou encerrado o período de convocação extraordinária e anunciou encontro solene de instalação da quarta sessão legislativa ordinária da 19ª Legislatura para o próximo dia 15 de fevereiro às 15 horas, na nova sede da **Assembleia Legislativa de Goiás**, no Parque Lozandes.

"Estamos, mais uma vez, fazendo história, encerrando as sessões de 2021 nos despedindo, com muito respeito, desse prédio, o Palácio Alfredo Nasser, e desse plenário Getulino Artiga. Vivemos, com muita alegria, um novo ciclo, por estarmos cumprindo mais uma meta. Isso só foi possível por conta dos servidores e parlamentares dessa nova Legislatura", comemorou Lissauer.

O presidente aproveitou a ocasião para apresentar balanço dos trabalhos plenários de 2021. Segundo prestação apresentada, 1.970 matérias tiveram suas votações concluídas ao longo do ano. Dentre elas, estavam 1.475 requerimentos, 225 projetos parlamentares, 192 da Governadoria e 14 de outros órgãos externos.

Além desses, três Emendas Constitucionais, 57 vetos e um parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) também foram devidamente validados pelo Plenário da **Alego**, durante o período.

"Agradeço por termos tido saúde para poder votar tantas matérias de interesse do estado de **Goiás**", vibrou Lissauer.

Decano da Casa e primeiro- secretário da Mesa Diretora, o deputado Álvaro Guimarães (DEM) também aproveitou para fazer breve retrospectiva de seus sete mandatos no plenário Getulino Artiga e parabenizar a atual gestão pela nova conquista.

"Aqui estive ao longo desses anos votando matérias de interesse do Governo e dos deputados. Agora, chegou o momento de mudar.

Cumprimento o presidente pela mudança tão esperada por todos nós. Com certeza, a nova sede vai nos dar mais dignidade e conforto. Agradeço ao presidente pela coragem, determinação e arrojo", felicitou o democrata.

Para o exercício de 2022, a LOA prevê que 1,2% da receita corrente líquida do Estado seja destinada ao pagamento das emendas impositivas, sendo 70% dos recursos direcionados, obrigatoriamente, às áreas de Saúde e Educação. Os 30% restantes poderão ser aplicados em qualquer outra área à escolha do parlamentar.

Antes de encerrar a sessão, o presidente Lissauer Vieira leu o relatório anual: 495 matérias deliberadas e 1.475 requerimentos apresentados. A próxima sessão, solene, será dia 15 de fevereiro, às 15 horas, na nova sede da **Alego**, no Palácio Maguito Vilela

Site:

<http://www.diariocentral.com.br/website/pdf/1146.pdf>

Coluna Goiás Online - GOIÁS ONLINE

Helton Lenine

Vilmar: Vanderlan "fora das eleições de 2022

O presidente estadual do PSD, Vilmar Rocha (foto), disse que o senador Vanderlan Cardoso está fora da disputa ao governo de **Goiás** em 2022 e que a prioridade do partido é a candidatura de Henrique Meirelles ao Senado. O dirigente não acredita que Vanderlan irá trocar o PSD pelo PL para concorrer ao Palácio das Esmeraldas. "Wnderlan nos deu a patea de que não iria disputar as eleições ano que vem.

Ligado a Mariano, Veter pode disputar mandato de deputado

O ex-vice-prefeito Veter Martins (MDB/foto), secretário municipal de Planejamento e Regulação Urbana, poderá disputar mandato à Assembleia Legislativa nas eleições de 2022. Ele é próximo ao vice-prefeito, Vilmar Mariano (MDB), que deverá assumir a Prefeitura de Aparecida de **Goiânia** em abril.

Endividamento

Goiás pleiteou a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal logo nos primeiros meses da gestão de Ronaldo Caiado (DEM), em 2019.

Rombo

O que motivou o Estado a buscar pelo programa federal criado pela LC 159/2017 foram os rombos deixados pela gestão anterior nas contas públicas do Estado.

Divida

Segundo o **TCE**, **Goiás** tinha ao final de 2018 um déficit de caixa que superava R\$ 7 bilhões e uma dívida consolidada de cerca de R\$ 20 bilhões.

Desequilíbrio

Ao final de 2018, **Goiás** sofria com um desequilíbrio fiscal impossível de ser sanado sem medidas mais austeras, como a suspensão do pagamento da dívida, que naquela altura consumia cerca de R\$ 3 bilhões anuais, ou 12,5% da receita corrente líquida.

Déficit

As despesas com pessoal do Estado chegavam a 72%

da receita corrente líquida e o rombo da previdência a 10%. Somados aos índices constitucionais da saúde (12%) e educação (25%), o Estado amargava um déficit de mais de 30% da Receita Corrente Líquida.

Céticos

Têm auxiliares de Gustavo Mendanha que apostam em um recuo do prefeito de Aparecida de **Goiânia** em relação ao embate eleitoral do ano que vem. A conferir.

Acomodados

Dos 22 vereadores que concorreram à reeleição em 2020, dez não se reelegeram e estão abrigados em cargos de secretário executivo, por decisão de Gustavo Mendanha.

Pesquisa

Em janeiro, o Instituto Serpes deverá divulgar a primeira pesquisa sobre intenção de votos para presidente da República, governador e senador junto ao eleitorado goiano.

Privilegiados

Dez deputados federais e dois senadores goianos estão contemplados com verbas do "Orçamento Secreto" da União para a realização de emendas aos prefeitos de suas bases eleitorais.

Nem pensar

PT, PSB, PC do B e PV preparam lançamento de candidatos a governador e senador e não querem aproximação com Gustavo Mendanha, Marconi Perillo, Jânio Dar-rot e Major Vitor Hugo.

Ele topa

O professor Wolmir Amado, ex-reitor da PUC-**Goiás**, aceita disputar o governo de **Goiás** em 2022 representando a frente de esquerda. Ele é filiado ao PT.

Pretendentes

Além de Veter Martins (Regulação Urbana), os secretários municipais Johnathan Medeiros (Ciência e Tecnologia), Marlúcio Pereira (Desenvolvimento Econômico), Max Menezes (Desenvolvimento

Urbano), Vanilson Bueno (Ação Integrada) e Willian Panda (Habitação) devem concorrer à Assembleia Legislativa em 2022.

Resumo

A agonia vai durar até julho. É que o governador Ronaldo Caiado (DEM) não pretende antecipar a escolha do candidato ao Senado da base aliada.

Na Câmara Municipal de Aparecida de **Goiânia**, pelo menos seis vereadores devem concorrer a vaga à Assembleia Legislativa em 2022.

"Irmãos em passado recente , Gustavo Mendanha (sem partido) e Daniel Vilela (MDB) não trocam sequer um telefonema. Cada um segue o seu caminho.

O PDT, comam dado em **Goiás** pela deputada federal Flávia Moraes (foto) e pelo ex-prefeito de Trindade George Moraes, deve seguir na base do governador Ronaldo Caiado para o pleito de 2022.

Aprovado em definitivo projeto de lei que cria auxílio-saúde para servidores do TCE de Goiás

O Projeto nº 9287/21, que altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em segunda votação, nessa segunda-feira (20), com 22 votos favoráveis e nenhum contrário. A proposição faz modificações no Plano de Cargos e Salários dos Servidores do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** para estabelecer o auxílio-saúde aos seus servidores (efetivos e comissionados) e reduzir os percentuais da Gratificação por Incentivo Funcional (GIF), que incide apenas sobre a remuneração dos servidores efetivos. A matéria agora segue para sanção ou veto do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Em ofício ao presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSB), o presidente do **TCE**, Edson José Ferrari, explica que "o Conselho Nacional de Justiça, pela Portaria nº 294, de 18/12/2019, regulamentou o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores (de todo o Poder Judiciário nacional). Já, inclusive, instituído no âmbito do Poder Judiciário goiano (Resolução nº 125, de 13/05/2020)".

Ferrari afirma que "em virtude de norma constitucional que equipara (paridade de direitos, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens de conselheiros e auditores, respectivamente, aos desembargadores e juízes de entrância final, como também já foi reconhecida a simetria entre membros do Ministério Público e da Magistratura, no âmbito deste Tribunal de Contas, com fundamento no ato normativo do CNJ e do TJ/GO, este programa (assistência à saúde) já foi instituído em benefício de conselheiros, auditores e procuradores de contas".

Acrescenta o presidente do **TCE**: "Para adequar (corrigir) à realidade presente (contingência orçamentária e financeira) os percentuais (valores) a serem atribuídos aos servidores em virtude da conclusão de curso de graduação e de pós-graduação, por meio da Gratificação de Incentivo Funcional".

O presidente da Corte de Contas salienta, ainda, que, "por outro lado, com vistas à redução do impacto financeiro com a implementação do benefício (assistência à saúde dos servidores), como medida compensatória, propõe-se a redução escalonada do

percentual da Gratificação de Incentivo Funcional, prevista, atualmente, no art.

16-1, da Lei Estadual nº 15.122/2005". Rota Jurídica

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2021/12/Gazeta-4838.pdf>

Plenário da Assembleia esgota pauta e encerra ano legislativo

Crédito: Valdir Araújo

Encerrando os trabalhos do período de convocação extraordinária, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou 18 matérias na sessão deliberativa desta terça-feira, 21. Dessas, oito eram da Governadoria, oito de parlamentares da Casa e uma do Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO), referente a fundo de reaparelhamento do órgão. Houve, ainda, a aprovação, em votação única, de decreto legislativo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, com parecer sobre as despesas do Governo no exercício de 2020. Quanto às demais proposições, apenas uma foi aprovada em primeira fase; as restantes, em votação definitiva.

Das matérias que seguem para a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM), destaque para a matéria da Governadoria de nº 7673/21, que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Conforme o projeto, a receita total do Estado para o próximo ano está estimada em R\$ 39.370.606.000. O montante, que engloba recursos de todas as fontes, supera em cerca de R\$ 9 bilhões a receita que havia sido prevista para o exercício anterior.

A última sessão do ano foi aberta, interinamente, pelo primeiro vice-presidente, deputado Henrique Arantes (MDB). Depois, foi assumida pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), que comandou os trabalhos até o encerramento. Em tom de agradecimento e despedida, o chefe do Parlamento goiano declarou encerrado o período de convocação extraordinária e anunciou encontro solene de instalação da quarta sessão legislativa ordinária da 19ª Legislatura para o próximo dia 15 de fevereiro às 15 horas, na nova sede da **Assembleia Legislativa de Goiás**, no Parque Lozandes.

"Estamos, mais uma vez, fazendo história, encerrando as sessões de 2021 nos despedindo, com muito respeito, desse prédio, o Palácio Alfredo Nasser, e desse plenário Getulino Artiga. Vivemos, com muita alegria, um novo ciclo, por estarmos cumprindo mais uma meta. Isso só foi possível por conta dos servidores e parlamentares dessa nova Legislatura", comemorou Lissauer.

O presidente aproveitou a ocasião para apresentar balanço dos trabalhos plenários de 2021. Segundo

prestação apresentada, 1.970 matérias tiveram suas votações concluídas ao longo do ano. Dentre elas, estavam 1.475 requerimentos, 225 projetos parlamentares, 192 da Governadoria e 14 de outros órgãos externos.

Além desses, três Emendas Constitucionais, 57 vetos e um parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) também foram devidamente validados pelo Plenário da **Alego**, durante o período. "Agradeço por termos tido saúde para poder votar tantas matérias de interesse do estado de **Goiás**", vibrou Lissauer.

Decano da Casa e primeiro-secretário da Mesa Diretora, o deputado Álvaro Guimarães (DEM) também aproveitou para fazer breve retrospectiva de seus sete mandatos no plenário Getulino Artiga e parabenizar a atual gestão pela nova conquista. "Aqui estive ao longo desses anos votando matérias de interesse do Governo e dos deputados. Agora, chegou o momento de mudar. Cumprimento o presidente pela mudança tão esperada por todos nós. Com certeza, a nova sede vai nos dar mais dignidade e conforto. Agradeço ao presidente pela coragem, determinação e arrojo", felicitou o democrata.

Detalhes da LOA

Para o exercício de 2022, a LOA prevê que 1,2% da receita corrente líquida do Estado seja destinada ao pagamento das emendas impositivas, sendo 70% dos recursos direcionados, obrigatoriamente, às áreas de Saúde e Educação. Os 30% restantes poderão ser aplicados em qualquer outra área à escolha do parlamentar.

Na LOA anterior, a despesa estava fixada em R\$ 33.978.493.000,00, evidenciando um déficit na ordem de R\$ 3,8 bilhões para o cofre público estadual. Na proposta atual, o déficit foi sanado, visto que a despesa prevista está equiparada à previsão de receitas, computados os recursos de todas as fontes. A mensagem aponta revisão do resultado primário orçamentário previsto na LDO/2022. O Executivo contextualiza a situação observando que se partiu de uma situação deficitária e se alcançou um superávit de R\$ 1,56 bilhão.

O projeto especifica o cumprimento das obrigações

constitucionais nos repasses para Educação, no valor de R\$ 5,1 bilhões; e Saúde, que receberá R\$ 3,1 bilhões. O relator da matéria na Comissão de Finanças, deputado Wagner Neto (Pros), fez uma avaliação positiva do resultado do trabalho que realizou como relator. "Buscamos dialogar com todos os deputados", frisou. Segundo o parlamentar, todas as 149 emendas não impositivas e as sete coletivas foram acatadas em seu relatório.

De acordo com o relatório, foram apresentadas 2.803 emendas individuais impositivas, no valor total de R\$ 386,99 milhões. "Considerando a cota de R\$ 9.439.024,39 para cada deputado apresentar emendas individuais de execução obrigatória, nos termos em que determina o art. 111 da Constituição Estadual, todas as emendas parlamentares individuais impositivas foram acatadas", diz o relatório.

Balanço CCJ

O presidente das Comissão Mista e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), deputado Humberto Aidar (MDB), também aproveitou o momento para apresentar balanço dos colegiados que lidera. Segundo o emedebista, foram deliberados, nos encontros realizados ao longo do ano, 959 projetos de deputados e 173 do Governo estadual.

"Gostaria de agradecer a todos os membros titulares e suplentes por terem assegurado quórum qualificado em todas as reuniões ordinárias, sem contar as dezenas de extraordinárias. E, também, agradecer a todos os colaboradores de todos os departamentos que têm nos ajudado em todos os mandatos", reconheceu Aidar, que vem antecipando sua despedida da política, após seis mandatos como deputado estadual.

Veja, abaixo, detalhes dos demais projetos aprovados na sessão de hoje.

Governadoria do Estado

Transporte coletivo

Foi aprovado, em definitivo, o projeto de nº 8920/21, que reformula e disciplina a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC) da região Metropolitana de **Goiânia** (RMG). A matéria também trata de reestruturar a Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC) e a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC). A matéria segue, agora, para a sanção do Poder Executivo.

Na votação foram computados 22 votos favoráveis e oito contrários, dados pelos deputados Alysson Lima (Solidariedade), Delegado Humberto Teófilo (sem

partido), Major Araújo (sem partido), Lêda Borges (PSDB), Helio de Sousa (PSDB), Gustavo Sebba (PSDB), Antônio Gomide (PT) e Delegada Adriana Accorsi (PT).

Segundo a proposta, o artigo 1º institui a **RMTC Goiânia** como unidade sistêmica regional composta por todas linhas e serviços de transportes coletivos, de todas modalidades ou categorias. Os serviços deverão atender aos municípios de **Goiânia**, Abadia de **Goiás**, Aparecida de **Goiânia**, Aragoiânia, Bela Vista de **Goiás**, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Goianira, Goianópolis, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de **Goiás**, Senador Canedo, Terezópolis de **Goiás** e Trindade. A proposta inclui as linhas e serviços permanentes voltados à interligação direta ou indireta dos municípios que integram as redes entre si e/ou com **Goiânia**.

Em sua mensagem ao Parlamento para tratar da matéria, o chefe do Executivo estadual ressalta que a correção das deficiências de ordem estrutural e conjuntural da rede de transporte coletivo, por meio da modernização e da melhoria dos serviços prestados, é componente de uma política social de valorização e estímulo do transporte coletivo na política pública metropolitana de mobilidade.

O texto prevê a estruturação com as seguintes participações: estado de **Goiás**, 41,2%; município de **Goiânia** também com 41,2% Aparecida de **Goiânia**, 9,4%; e Senador Canedo, 8,2%. E, ainda, na medida em que outros municípios distintos dos mencionados vierem a ter sistemas próprios que não se limitem à ligação intermunicipal entre seu perímetro urbano e a cidade de **Goiânia**, as participações determinadas deverão ser revistas.

A matéria da Governadoria prevê o aporte financeiro a fim de viabilizar a reestruturação do capital social da CMTC. Também serão definidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, a partir da prevista para o exercício de 2022, os montantes consignados referentes ao artigo 6º da minuta apresentada, em conjunto com a Secretaria de Estado da Economia e em acordo com as previsões de base nos estudos de demanda e de despesas elaborados pela CMTC e pela AGR, na forma de decreto, atendidas as disponibilidades do Tesouro estadual.

IPCA

Vai igualmente à sanção, o projeto nº 9366/21, da Governadoria do Estado. A matéria propõe que, excepcionalmente em 2022, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seja adotado como índice de atualização anual das Taxas de Serviço

Estadual e das Taxas Judiciárias, bem como das multas previstas na legislação tributária e do limite de dedução na restituição de tributos. Atualmente, o parâmetro usado é o Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No projeto, a Governadoria argumenta que a atualização anual é inevitável e que o IGP geraria um acréscimo maior às referidas taxas. "Deve ser considerado que o valor acumulado do IGP-DI até novembro de 2021 é de 16,29% (dezesseis inteiros e vinte e nove centésimos por cento), um percentual elevado quando comparado com anos anteriores e que reflete a grave crise econômica que o país atravessa". Ainda de acordo com a justificativa da propositura, a substituição pelo IPCA será vantajosa ao cidadão, visto que, até novembro de 2021, o acumulado do referido índice é de 9,26%.

No painel de votação, o texto recebeu 21 manifestações favoráveis e o posicionamento contrário dos seguintes deputados: Deputada Adriana Accorsi (PT), Delegado Eduardo Prado (DC), Delegado Humberto Teófilo (sem partido), Helio de Sousa (PSDB) e Major Araújo (sem partido).

Renegociação de débitos

Segue igualmente para a sanção o projeto de lei nº 9445/21, da Governadoria do Estado, que foi aprovado, em segunda votação, com 24 votos favoráveis e três contrários. A matéria propõe alteração na Lei nº 20.932, de 22 de dezembro de 2020, com o intuito de autorizar a renegociação dos débitos inscritos em "Restos a Pagar Processados". O Governo estadual quer, por meio dessa iniciativa, conferir maior segurança jurídica ao pagamento de despesas com grandes credores de **Goiás**.

A propositura frisa que a renegociação se dará por adesão, na qual os credores assumirão concordar com o desconto e o eventual parcelamento sobre o valor original da dívida do Estado. E que também poderá ocorrer a compensação entre os créditos inscritos em dívida ativa e os Restos a Pagar Processados, ressalvados os de natureza tributária.

O texto também frisa que as dívidas com valor original superior a um milhão de reais poderão ser parceladas por prazo a ser acordado no ato da renegociação. "No caso das dívidas pagas à vista e as parceladas em prazo inferior a 12 meses, os pagamentos serão solicitados pelos respectivos órgãos, por meio do Cronograma Mensal de Desembolso Financeiro (CMDF)", diz a redação da matéria. Votaram contrário os deputados Major Araújo (sem partido), Sérgio Bravo (Pros) e Karlos Cabral (PDT).

Recomposição florestal

Também foi aprovado, em segunda votação, o projeto de lei nº 9269/21, da Governadoria. A matéria regulariza passivos ambientais de imóveis rurais e urbanos e, ainda, estabelece medidas de compensação a danos pela retirada de vegetação nativa sem a autorização prévia do órgão ambiental.

No placar eletrônico, foram computados 20 votos favoráveis e sete contrários, dados pelos deputados Sérgio Bravo, Delegado Humberto Teófilo, Major Araújo, Alysson Lima, Antônio Gomide, Deputada Adriana Accorsi e Karlos Cabral. A proposta prevê que os passivos ambientais de propriedades, tanto urbanas quanto rurais, possam ser regularizados por declaração voluntária do interessado, bastando, para isso, o preenchimento do formulário eletrônico, chamado Declaração Ambiental do Imóvel (DAI).

Quanto à regularização dos passivos referentes à supressão de árvores nativas, feita antes do dia 22 de julho de 2008, o projeto determina que será feita por meio do Programa de Regularização Ambiental e do Termo de Adesão e Compromisso, conforme a legislação federal que rege o tema (Lei 12.615/2012).

A matéria propõe, ainda, que, quando a regularização de passivos ambientais estiver associada a licenciamento ambiental, além das compensações ambientais previstas nessa lei, deverá ser recolhida a taxa estadual desse licenciamento necessária à obtenção da respectiva licença, além de cumprida a reposição florestal, quando forem cabíveis.

Demais matérias

O projeto de lei nº 9446/21, da Governadoria do Estado, também foi aprovado em segunda fase de votação, por unanimidade, com 25 votos favoráveis. A matéria solicita o aval da Assembleia Legislativa para fazer alterações na Lei nº 18.069, de 17 de julho de 2013, que institui o Fundo Rotativo do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, no valor de R\$ 40 mil.

Também vai à sanção, por unanimidade, o projeto de lei nº 9471/21, que visa alterar a Lei sobre o Regime Próprio de Previdência Social de **Goiás** (RPPS). O placar eletrônico registrou 23 votos a favor da aprovação definitiva da matéria. Com a alteração, os servidores contemplados no teto dos R\$ 3 mil previstos pela chamada "PEC dos Aposentados", recém-aprovada nesta Casa, poderão gozar do benefício de isenção do desconto de 14,25% a partir de janeiro próximo.

Igual destino é compartilhado, ainda, pelo projeto de nº

9369/21 , da Governadoria. Aprovada, por unanimidade, com 24 votos favoráveis, a matéria propõe alterações nos artigos 20 e 25 da Lei nº 20.821, de 4 de agosto de 2020, e nos artigos 17, 24, 29, 44 e 81 da Lei nº 21.064, de 21 de julho de 2021, referentes a Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e 2022, respectivamente.

Outros órgãos

Segunda fase

Processo nº 9432/21 - Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) - Introduz alterações na Lei nº 14.773, de 26 de maio de 2004, que institui o Fundo Especial de Reparalimento do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** - FUNERTCM. Aprovado, por unanimidade, com 25 votos favoráveis.

Processo nº 5933/21 - **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** - Encaminha Parecer Prévio. Contas do Governo. Exercício 2020. Processo SEI 202100047001260 . Aprovado com 25 votos favoráveis e as manifestações contrárias dos deputados Alysson Lima (Solidariedade), Delegado Eduardo Prado (DC), Delegado Humberto Teófilo (sem partido), Major Araújo (sem partido), Sérgio Bravo (Pros) e Zé Carapô DC).

Parlamentares

Segunda fase

Processo nº 6768/21 - Deputada Lêda Borges (PSDB) - Concede Título de Cidadania Goiana à Joscilene Martins dos Santos. Aprovado, por unanimidade, com 23 votos favoráveis.

Processo nº 2136/20 - Deputado Julio Pina (PRTB) - Altera a Lei nº 19.781, de 20 de julho de 2017, que institui a Política de Acessibilidade dos Surdos nos Serviços Públicos do Estado de **Goiás**. Aprovado, por unanimidade, com 25 votos favoráveis.

Processo nº 7789/21 - Deputado Bruno Peixoto (MDB) - Altera a Lei nº 18.305, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de **Goiás**. Aprovado, por unanimidade, com 25 votos favoráveis.

Processo nº 6598/21 - Deputado Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Federação Goiana de Futebol Sete, com sede no município de Aparecida de **Goiânia**. Aprovado, por unanimidade, com 23 votos favoráveis.

Processo nº 6527/21 - Deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido) - Dispõe sobre medidas de

eliminação de tomadas e pontos de energia do interior e das proximidades das celas no Estado de **Goiás** e dá outras providências. Aprovado, por unanimidade, com 23 votos favoráveis.

Processo nº 7916/21 - Deputado Delegado Eduardo Prado (DC) - Altera a Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017, propondo que candidatos que não tenham sido classificados, entre o quantitativo de vagas disponibilizadas em concursos públicos em **Goiás**, não poderão ser considerados eliminados. Aprovado, por unanimidade, com 24 votos favoráveis.

Processo nº 9054/21 - Deputado Talles Barreto (PSDB) - Declara de utilidade pública a Assistência Social ao Idoso - ASGO, com sede em Aparecida de **Goiânia**. Aprovado, por unanimidade, com 23 votos favoráveis.

Primeira fase

Processo nº 5524/21 - Deputada Lêda Borges (PSDB) - Dá denominação de Osvaldo Pinheiro Dantas, o trecho da Rodovia GO-060 que liga os Municípios de Piranhas e Arenópolis. Aprovado, por unanimidade, com 23 votos favoráveis.

Balanco das sessões extraordinárias

Conforme determina o Regimento Interno da Casa, o período de convocação extraordinária teve início após a sessão ordinária do último dia 15. Desde então, foram realizadas, ao todo, oito sessões plenárias e várias outras, de igual caráter, da Comissão Mista e da CCJ.

Os respectivos encontros deliberativos foram todos realizados por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano. O modelo foi adotado durante todo o ano, como medida de contenção à pandemia de covid-19, que está em vigor desde de março de 2020.

Dentre as matérias definitivamente aprovadas durante o período e que seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado, estavam mais de 30 projetos, incluindo iniciativas de parlamentares, do Executivo e de outros órgãos externos.

Das proposituras encaminhadas à apreciação da Governadoria, nas demais sessões extraordinárias desta última semana, destaque para a PEC dos aposentados e pensionistas.

Além dessa estavam também matérias que criam novas câmaras julgadoras no Tribunal de Justiça e o Programa Goiano de Saneamento Social , o projeto que beneficia a advogados autárquicos estaduais e que institui assistência suplementar aos servidores do TCM

; s subsídio para beneficiários de programa de moradia; alteração na organização administrativa do Estado. E ainda: fundo rotativo e abertura de crédito especial para Secretaria de Desenvolvimento além de mudanças no Plano de Cargos e Salários do TCE .

Site: <https://diariotemporeal.com/94552-plenario-da-assembly-esgota-pauta-e-encerra-ano-legislativo/>

Vilmar: Vanderlan está fora das eleições de 2022

O presidente estadual do PSD, Vilmar Rocha (foto), disse que o senador Vanderlan Cardoso está fora da disputa ao governo de **Goiás** em 2022 e que a prioridade do partido é a candidatura de Henrique Meirelles ao Senado. O dirigente não acredita que Vanderlan irá trocar o PSD pelo PL para concorrer ao Palácio das Esmeraldas. "Vanderlan nos deu a palavra de que não iria disputar as eleições ano que vem."

Endividamento

Goiás pleiteou a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal logo nos primeiros meses da gestão de Ronaldo Caiado (DEM), em 2019.

Rombo

O que motivou o Estado a buscar pelo programa federal criado pela LC 159/2017 foram os rombos deixados pela gestão anterior nas contas públicas do Estado.

Dívida

Segundo o **TCE**, **Goiás** tinha ao final de 2018 um déficit de caixa que superava R\$ 7 bilhões e uma dívida consolidada de cerca de R\$ 20 bilhões.

Desequilíbrio

Ao final de 2018, **Goiás** sofria com um desequilíbrio fiscal impossível de ser sanado sem medidas mais austeras, como a suspensão do pagamento da dívida, que naquela altura consumia cerca de R\$ 3 bilhões anuais, ou 12,5% da receita corrente líquida.

Déficit

As despesas com pessoal do Estado chegavam a 72% da receita corrente líquida e o rombo da previdência a 10%. Somados aos índices constitucionais da saúde (12%) e educação (25%), o Estado amargava um déficit de mais de 30% da Receita Corrente Líquida.

Céticos

Têm auxiliares de Gustavo Mendanha que apostam em um recuo do prefeito de Aparecida de **Goiânia** em relação ao embate eleitoral do ano que vem. A conferir.

Acomodados

Dos 22 vereadores que concorreram à reeleição em 2020, dez não se reelegeram e estão abrigados em cargos de secretário executivo, por decisão de Gustavo Mendanha.

Pesquisa

Em janeiro, o Instituto Serpes deverá divulgar a primeira pesquisa sobre intenção de votos para presidente da República, governador e senador junto ao eleitorado goiano.

Privilegiados

Dez deputados federais e dois senadores goianos estão contemplados com verbas do "Orçamento Secreto" da União para a realização de emendas aos prefeitos de suas bases eleitorais.

Nem pensar

PT, PSB, PC do B e PV preparam lançamento de candidatos a governador e senador e não querem aproximação com Gustavo Mendanha, Marconi Perillo, Jânio Darrot e Major Vitor Hugo.

Ele topa

O professor Wolmir Amado, ex-reitor da PUC-**Goiás**, aceita disputar o governo de **Goiás** em 2022 representando a frente de esquerda. Ele é filiado ao PT.

Pretendentes

Além de Veter Martins (Regulação Urbana), os secretários municipais Johnathan Medeiros (Ciência e Tecnologia), Marlúcio Pereira (Desenvolvimento Econômico), Max Menezes (Desenvolvimento Urbano), Vanilson Bueno (Ação Integrada) e Willian Panda (Habitação) devem concorrer à Assembleia Legislativa em 2022.

Ligado a Mariano, Veter pode disputar mandato de deputado

O ex-vice-prefeito Veter Martins (MDB), secretário

municipal de Planejamento e Regulação Urbana, poderá disputar mandato à Assembleia Legislativa nas eleições de 2022. Ele é próximo ao vice-prefeito, Vilmar Mariano (MDB), que deverá assumir a Prefeitura de Aparecida de **Goiânia** em abril.

RESUMO

A agonia vai durar até julho. É que o governador Ronaldo Caiado (DEM) não pretende antecipar a escolha do candidato ao Senado da base aliada.

Na Câmara Municipal de Aparecida de **Goiânia**, pelo menos seis vereadores devem concorrer a vaga à Assembleia Legislativa em 2022.

"Irmãos em passado recente", Gustavo Mendanha (sem partido) e Daniel Vilela (MDB) não trocam sequer um telefonema. Cada um segue o seu caminho.

O PDT, comandado em **Goiás** pela deputada federal Flávia Moraes e pelo ex-prefeito de Trindade George Moraes, deve seguir na base do governador Ronaldo Caiado para o pleito de 2022.

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/vilmar-vanderlan-esta-fora-das-eleicoes-de-2022/>

Alego aprova mudanças no Plano de Cargos e Salários do TCE

kamilla

O Projeto de Lei, nº 9287/21, que altera a Lei Estadual nº 15.122, foi aprovado em segunda votação no plenário da **Assembleia Legislativa de Goiás (Alego)**. Com 22 votos favoráveis e nenhum contrário, o projeto faz modificações no Plano de Cargos e Salários dos Servidores do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. O objetivo é estabelecer o auxílio-saúde aos servidores efetivos e comissionados, além de reduzir os percentuais da Gratificação por Incentivo Funcional (GIF), que é aplicada apenas sobre a remuneração dos servidores efetivos.

Seguindo agora para a sanção da Governadoria, a matéria foi assinada pelo presidente do **TCE**, Edson José Ferraro. Em ofício ao presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSB), foi explicado que o Conselho Nacional de Justiça regulamentou o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores de todo o Poder Judiciário nacional. Porém, para reduzir impactos financeiros da proposta, foi apresentado, como medida compensatória, a redução escalonada do percentual do GIF, prevista atualmente, no art. 16-1, da Lei estadual nº 15.122/2005.

Como motivo, é exposto que o direito à saúde deve ser tratado com a máxima prioridade, uma vez que faz parte do princípio da dignidade humana. "O Poder Público (a entidade, órgão, instituição ou Poder de Estado) deve zelar pela preservação da saúde, não só de seus dirigentes ou de seus membros, como também de seus servidores (princípio da isonomia ou da igualdade), justamente pela importância em si dessa preservação e, sobretudo, pelos desdobramentos decorrentes dela (preservação da saúde) para o alcance dos desafios enfrentados durante o exercício de suas atividades institucionais (profissionais)", justifica, em documento, Edson José.

Redução de gastos

Para adotar a medida para estabelecer o auxílio-saúde, foi determinado que os servidores efetivos do Tribunal que possuem a conclusão de curso oficial de graduação, pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, terão direito a uma Gratificação de Incentivo Funcional (GIF) limitada a 10% e incorporável aos proventos de aposentadoria e pensão. A proporção da redução

deverá seguir os seguintes critérios:

Desta forma, calcula-se que o impacto da implantação do auxílio saúde dos servidores será de um total mensal de R\$ 643.116, 85. Com a redução do GIF, estima-se que a média da redução será de 67% nos próximos 3 anos, ou seja, um total de R\$ 312.279,82.

Redução deve ter impacto financeiro de até 67% em cofres | Foto: Reprodução

Fonte: Jornal Opção.

Site: <https://lancegoias.com.br/2021/12/22/alego-aprova-mudancas-no-plano-de-cargos-e-salarios-do-tce/>